

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/38891</b>	<b>50813/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFG - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

**Processo:** 13695/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Fiscalização de ocupação de espaço público

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de remoção coerciva da OEP

Técnica Responsável:

Agente de fiscalização:

Local: EN14 (rotunda do E. Leclerc), UF de Ferreiros e Gondizalves, Braga

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/38323 de 21 de Novembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Tendo, em nova deslocação ao local a agente fiscalizadora constatado que se mantém a estrutura publicitária degradada e sem publicidade, sendo que, o partido proprietário da mesma já foi notificado, para proceder voluntariamente à regularização da referida estrutura, sob pena de, em caso de incumprimento, este Município proceder à remoção coerciva, constituindo, neste caso, encargo do mesmo todas as despesas efetuadas.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que:

- Se determine a remoção coerciva da referida estrutura que se encontra colocada na EN14 (rotunda do E. Leclerc), UF de Ferreiros e Gondizalves, Braga;
- As despesas que o Município tenha de suportar ao substituir-se ao denunciado, que se fixam em 300,00€ (desmontagem, acondicionamento e transporte) + 50,00€/mês (armazenamento em local fechado e não coberto) - valores em IVA, com vista à execução coerciva da medida de tutela ordenada, sejam imputadas ao mesmo;
- Se dê conhecimento, ao denunciado desta mesma decisão e que a remoção ocorrerá num prazo de 60 dias.

**Após a realização da referida notificação, deverá o processo ser entregue à agente fiscalizadora para que promova nova ação inspetiva dentro de trinta (30) dias a fim de verificar se a estrutura foi ou não removida, entretanto.**

**Posteriormente, e mantendo-se a referida ocupação, deverá o presente processo ser remetido à DMOSM - Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, para proceder à realização dos trabalhos.**



À superior consideração da Diretora do Departamento de Fiscalização,

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

